

N.º 1

DATA: 11/02/2009

**CIRCULAR INFORMATIVA**

**PARA: ARS, Hospitais EPE e SPA envolvidos no Programa de Intervenção em Oftalmologia**

ASSUNTO: Esclarecimento à Adenda ao Acordo Modificativo do CP 2008 do Plano de Acesso à Cirurgia em Oftalmologia

Com vista à redução do tempo de acesso a primeiras consultas de oftalmologia e a garantir o acesso à cirurgia da catarata em tempo adequado, reforçando o papel do SNS na resposta às necessidades da população, foi criado o programa específico de intervenção em oftalmologia – PIO (Programa de Intervenção em Oftalmologia) anunciado 20639/2008 de 6 de Agosto, a executar entre 1 de Julho de 2008 e 30 de Junho de 2009. O referido despacho associa a regulação do PIO aos sistemas SIGIC e CTH e estabelece como coordenador do programa o coordenador nacional do SIGIC. O PIO vem a ser regulado no Despacho nº 20639/2008 de 6 de Agosto e na Portaria nº 1306/2008, de 11 de Novembro.

Este programa específico pressupõe:

- A contratualização de produção adicional (primeiras consultas e cirurgias da catarata) com os hospitais do SNS;
- O aumento da produção de cirurgias e de consultas em oftalmologia em 10%, 20% ou 30% de acordo com a capacidade instalada dos hospitais em causa;
- A criação de uma rede de Centros de Elevado Desempenho (CED) para a cirurgia da catarata, em hospitais públicos, reforçando-se o papel do SNS.

Para concretizar a contratação deste programa específico, foi celebrada uma Adenda ao Acordo Modificativo do Contrato-Programa de 2008. Passados 6 meses do início do programa, verifica-se existirem algumas dificuldades de interpretação e implementação desta Adenda, pelo que foi realizada uma reunião em 7/01/2009, com a participação da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), através da Unidade Operacional de Financiamento e Contratualização (UOFC) e da Unidade Central de Gestão de Inscritos para Cirurgia (UCGIC), e das Administrações Regionais de Saúde (ARS) através dos Departamentos de Contratualização. Foram analisadas cada uma das cláusulas da respectiva Adenda, com o objectivo de clarificar e consensualizar a interpretação da mesma.

**«Cláusula 1ª**

*O Hospital/Centro Hospitalar compromete-se a resolver a lista de espera para consulta de oftalmologia e cirurgia da catarata, nos seguintes termos:*

- a) *Realizando as primeiras consultas no prazo máximo de 2 meses;*
- b) *Realizando as cirurgias da catarata no prazo máximo de 2 meses após inscrição do doente em Lista de Inscritos;*
- c) *Realizando, em média, mais 2,5 primeiras consultas de oftalmologia por cada cirurgia adicional;*
- d) *Aumentando a produção de oftalmologia contratada no âmbito do acordo modificativo de 2008 em 10%, 20% ou 30%.»*

Relativamente às alíneas a) e b) entendeu-se não serem aplicáveis no ano de 2008, uma vez que na data de início do programa, já existia uma lista de espera de primeiras consultas de oftalmologia e uma lista de inscritos para cirurgia da catarata com um tempo de espera superior a 2 meses. Assim, estas alíneas devem ter carácter indicativo para o ano de 2008, no entanto, para 2009 deve ser assegurado o seu cumprimento efectivo em pelo menos 95% dos episódios.

No que respeita às alíneas c) e d), uma vez que consubstanciam os objectivos do programa, o seu cumprimento deverá ser respeitado em 2008 e em 2009.

Foi ainda clarificado que:

- Relativamente à alínea a), o prazo de 2 meses (60 dias), deve ser contado a partir da data de recepção do pedido de consulta no hospital (via SI da Consulta a Tempo e Horas, ou através de referência em suporte papel), dizendo respeito à globalidade dos doentes em lista de espera para a primeira consulta de oftalmologia. Entende-se por recepção do pedido de consulta, a data de registo no sistema de informação do Hospital (SIH) que deverá ser sempre o dia da recepção por parte do Hospital do pedido de consulta. A monitorização do cumprimento desta cláusula será efectuada pelas ARS e coordenador do programa inicialmente através do preenchimento dos formulários-tipo divulgados e quando possível através do sistema informático da Consulta a Tempo e Horas SICTH.

- A alínea b) diz respeito a todos os utentes propostos para cirurgia da catarata no SIGLIC e não apenas aos doentes operados no âmbito da produção adicional estabelecida na Adenda PACO. A monitorização do cumprimento desta cláusula será efectuada pelas ARS e coordenador do programa através da informação registada no SIGLIC.

- Na alínea c) deverá entender-se como cirurgia adicional PACO, todas as cirurgias codificadas de acordo com os códigos estabelecidos no nº1 da portaria 1306/2008 (relativas a cataratas) realizadas em oftalmologia em cirurgia de ambulatório assinaladas nos Sistemas de informação do hospital como PACO, devidamente integradas no SIGLIC e aí concluídas. A monitorização do cumprimento desta cláusula será efectuada pelas ARS e pelo coordenador do programa (UCGIC) através da informação registada no SIGLIC, e demais documentos exigíveis.

- Entende-se como aumento da produção de oftalmologia contratada, referido na alínea d), os aumentos de primeiras consultas externas de oftalmologia e de cirurgias oftalmológicas em 10%, 20% e 30% (em ambulatório ou convencional) independentemente das patologias em causa ou dos procedimentos propostos ou efectuados. O aumento de produção em 10%, 20% ou 30%, é o valor resultante da aplicação da percentagem contratada, à produção total de oftalmologia constante no PD 2008, considerada para seis meses. A produção contratada para seis meses, resulta da divisão aritmética por dois da produção anual contratada.

Devem ser consideradas como valor de referência as quantidades respeitantes à produção total (SNS + Subsistemas) de Oftalmologia que constam no Plano de Desempenho contratualizado (Q 5.01.01 e Q 5.03.03).

Notas complementares:

1. Importa ainda referir que no âmbito do acordo modificativo não existe, especificamente, produção oftalmológica contratada referente a beneficiários do SNS, mas sim, grandes linhas de produção contratada para o global das especialidades. Razão pela qual se recorre aos planos de desempenho para estabelecer os valores de referência.
2. A forma utilizada pelos hospitais para pagamento de remunerações aos profissionais (no âmbito dos vencimentos, em modalidade remuneratória alternativa ou através de subcontratação) é da exclusiva responsabilidade dos hospitais.

**«Cláusula 2ª**

*1. Assim, e ao abrigo do Plano de Acesso a Oftalmologia é contratada a seguinte actividade, a realizar em 2008:*

Actividade	Quantidade	Preço	Valor
Primeiras consultas			
Cirurgias de Ambulatório			
<b>Total</b>			

*2. O pagamento desta actividade será efectuado através de um programa específico, previsto no Apêndice III ao anexo I do Acordo Modificativo que é alterado na presente Adenda, pelo que a respectiva facturação é autonomizada da restante actividade.*

*3. Por cada 2,5 consultas efectuadas no âmbito deste Plano, o Hospital/ Centro Hospitalar só poderá facturar uma consulta ao preço das primeiras consultas.*

*4. Para cumprimento dos objectivos a atingir, o Hospital /Centro Hospitalar pode contratualizar com os seus profissionais, os níveis de actividade e negociar os respectivos incentivos. »*

No ponto 1, e no que se refere às adendas já assinadas, respeitantes ao período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2008, esclarece-se que:

- os valores de produção contratados dizem respeito ao período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2008, e não aos doze meses de duração do Programa;
- deve ser respeitada, em média, a proporção de 2,5 primeiras consultas de oftalmologia por cada cirurgia adicional PACO;
- a actividade referida respeita a todas as primeiras consultas e cirurgias (codificada de acordo com os códigos estabelecidos no nº1 da portaria 1306/2008 realizadas em serviços de oftalmologia em regime ambulatório) registadas como produção PACO nos SIH e SIGLIC.

As ARS e coordenação do PIO avaliam, através dos sistemas de informação já designados, o grau de cumprimento, por parte dos hospitais, da produção total em oftalmologia e do cumprimento das cláusulas em vigor, informando os hospitais e a ACSS (UOFC) por forma a que esta valide a facturação da produção PACO.

**«Cláusula 3ª**

*O aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos, Consumos e Custos com Pessoal, resultantes desta actividade não serão considerados para avaliação do grau de cumprimento dos objectivos associados à atribuição dos incentivos previstos na Cláusula 5ª do Anexo I do Acordo Modificativo de 2008. »*

No pressuposto que o pagamento desta actividade é adequado, propõe-se, que seja considerado como custo o valor facturado como PACO. Este valor será ponderado de acordo com a estrutura de custos do



Hospital/Centro Hospitalar, e deduzido respectivamente aos valores totais das rubricas FSE, Consumos e Custos com Pessoal, possibilitando a avaliação dos objectivos associados à atribuição dos incentivos previstos na Cláusula 5ª do Anexo I do Acordo Modificativo de 2008. Caso não haja lugar a facturação de produção PACO, deverá o hospital justificar fundamentadamente, junto da respectiva ARS, o acréscimo de custos.

**«Cláusula 4ª**

*O Hospital/Centro Hospitalar compromete-se, atendendo à natureza excepcional deste programa específico, a acompanhar a lista de espera para consulta e cirurgia oftalmológica, apresentando à ARS um relatório mensal de toda a actividade desenvolvida do foro da oftalmologia e dos custos adicionais associados a este Plano.»*

Os Relatórios, nos formatos designados, até à data enviados mensalmente ao Coordenador do PIO devem, de acordo com o estabelecido na adenda devem também ser enviados para as ARS.

O Presidente do Conselho Directivo

(Manuel Teixeira)

## Odete D. Ferreira

---

**De:** Alexandre Lourenço  
**Enviado:** terça-feira, 10 de Fevereiro de 2009 18:07  
**Para:** Odete D. Ferreira  
**Assunto:** Esclarecimento à Adenda ao Acordo Modificativo do CP 2008 do Plano de Acesso à Cirurgia em Oftalmologia  
**Anexos:** Ci\_pio.docx

Odete,

Envio em anexo a circular para enviar às ARSs e Hospitais abaixo indicados.

Alentejo	Centro Hospitalar Baixo Alentejo, EPE
Alentejo	Hospital Espírito Santo, EPE
<b>ARS Alentejo</b>	
Algarve	Centro Hospitalar Barlavento Algarvio, EPE
Algarve	Hospital de Faro, EPE
<b>ARS Algarve</b>	
Centro	Hospitais Universidade de Coimbra
<b>ARS Centro</b>	
LVT	Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE
LVT	Centro Hospitalar de Lisboa Norte
LVT	Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE
LVT	Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E
LVT	Hospital Garcia de Orta, EPE
LVT	Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto
<b>ARS LVT</b>	
Norte	Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE
Norte	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE
Norte	Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE
Norte	Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE
Norte	Centro Hospitalar do Nordeste, EPE
Norte	Centro Hospitalar do Porto, EPE
Norte	Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE
Norte	Hospital de S. João, EPE
Norte	Hospital Distrital de S. João da Madeira
Norte	Hospital S. Marcos
Norte	Hospital S. Sebastião, EPE
Norte	Hospital Santa Maria Maior, EPE
Norte	Instituto Português Oncologia F. Gentil - Porto, EPE
Norte	Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE
<b>ARS Norte</b>	

Com os melhores cumprimentos,

Alexandre Lourenço  
Director Coordenador de Financiamento e Contratualização